



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
Estado de São Paulo

10ª REUNIÃO DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 13 de novembro de 2024

Hora de Início: 16h13min

Hora de Término: 17h15min

Local: Palácio do Bom Conselho, Sede da Prefeitura Municipal de Taubaté

Objetivo da Reunião: Iniciar o processo de transição de governo com a apresentação da Procuradoria Geral do Município

Ata da Reunião

Aos 13 dias do mês de novembro de 2024, às 16h13min, na sede da Prefeitura Municipal de Taubaté/SP, reuniram-se os representantes da atual gestão, aqui denominados como "Equipe de Transição do Prefeito em Exercício", presentes os membros: Hamilton José de Oliveira Junior, Paulo de Tarso Cabral Costa Junior e Andrea de Moura Evangelista Ferrari; e os representantes da gestão eleita, aqui denominados como "Equipe de Transição do Prefeito Eleito", presentes os membros: Coronel Antônio Joaquim de Oliveira Neto, Matheus Prado, Hugo de Oliveira Vieira Basili e Alexandre Miné Calil. Também estavam presentes: Dr. Sérgio Luiz do Nascimento – Procurador Geral do Município, Dra. Luciley de Paula Nogueira Shaher – Procuradora-Chefe da Procuradoria Trabalhista, Dr. Paulo Sergio Araujo Tavares – Procurador-Chefe da Procuradoria Tributária, Dra. Sorayne Cristina Guimarães de Campos – Procuradora do Município e Dr. Jose Geraldo dos Santos – Procurador do Município. A reunião teve início com a exposição do Sr. Hugo Basili, que explicou o formato adotado e os objetivos da presente reunião, a saber: ações importantes no momento e a expectativa para os primeiros 100 dias do ano de 2025. Na sequência, o Sr. Hugo questionou sobre o processo relacionado à ADIN que declarou a inconstitucionalidade de alguns cargos, incluindo os de Diretor e Vice-Diretor de escola. A Procuradora Luciley Shaher informou que o caso está sendo discutido no STF, tendo enfrentado



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Estado de São Paulo

grande resistência junto ao TJ, sendo necessário solicitar uma medida liminar. A expectativa é de que o recurso seja provido. O Sr. Hugo questionou também sobre o questionamento do Ministério Público quanto à descrição dos cargos. A Procuradora explicou que se trata de um cargo técnico, mas que, conforme o entendimento da Procuradoria, é considerado um cargo de chefia. Em relação à reforma administrativa, o Sr. Hugo perguntou sobre a expectativa quanto à possível procedência da ação. A Procuradora Luciley Shaher informou que esta ação está sendo acompanhada de perto pelo Procurador Rogério. A Dra. Sorayne de Campos retomou a palavra para informar sobre os loteamentos irregulares, destacando que estão sendo monitorados pelo Ministério Público. A atual gestão criou uma Comissão de Enfrentamento de Loteamentos Irregulares, cujo trabalho é realizado em parceria com a equipe de fiscalização. Segundo o levantamento realizado, existem atualmente 130 (cento e trinta) loteamentos irregulares. A Procuradora enfatizou a necessidade de regulamentação fundiária, pois considera inviável aprovar a regularização fundiária com base apenas na legislação federal. No que tange às ações da Procuradoria Judiciária, a Dra. Sorayne de Campos mencionou a problemática do Aterro Sanitário e a lei de incentivos fiscais – PROINDE, informando que apenas parte da referida lei foi declarada inconstitucional, permanecendo, contudo, em vigor a parte relativa aos incentivos fiscais. A recomendação é de que seja realizada licitação para a cessão de áreas públicas. Em relação ao CAF, foi informado que a prefeitura obteve uma medida liminar. Em seguida, o Sr. Hugo Basili questionou sobre o andamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) mencionadas na lista apresentada pela Procuradoria Judiciária, sendo respondido pelas Dras. Sorayne de Campos e Luciley Shaher. O Sr. Hugo solicitou um relatório das ações, que será encaminhado na próxima semana. Também foi solicitado um relatório com informações sobre ações que possam afetar o vínculo trabalhista, o qual será providenciado pela Procuradoria Trabalhista. Sobre os processos judiciais, foram mencionados os seguintes casos: vínculo temporário; reforma administrativa; ação da ABC – a qual alega desequilíbrio fiscal. O laudo apresentado pela ABC foi considerado questionável, e a perícia solicitada foi indeferida pelo juízo. Na sequência, discutiu-se o projeto de lei que trata da remuneração do prefeito. Em relação à Procuradoria Tributária, o Dr. Paulo Sérgio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Estado de São Paulo

informou sobre a necessidade de execução fiscal, destacando que o município oferece parcelamento de débitos em até 120 vezes, dependendo do valor da dívida. Ele mencionou também a dificuldade na otimização do sistema e a necessidade de estruturação da Procuradoria com ferramentas de inteligência artificial e contratação de novos servidores. O Sr. Hugo Basili questionou sobre a existência de advogado para o SUAS. A Dra. Luciley Shaher informou que existe uma divergência jurisprudencial sobre este tema. O Sr. Hugo Basili solicitou ainda uma relação das ações judiciais e dos TACs que gerem insegurança em relação aos vínculos empregatícios. O Sr. Alexandre Calil e o Sr. Hugo Basili informaram que, nas próximas semanas, realizarão visitas às Secretárias e também às Procuradorias. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 17h25min. A presente Ata foi assinada pelos coordenadores das equipes de transição.

ASSINATURAS:

Coronel Antônio Joaquim de Oliveira Neto

Coordenador da Equipe de Transição do Prefeito eleito

Hamilton José de Oliveira Junior

Coordenador da Equipe de Transição do Prefeito em exercício